

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 As ciências humanas e a produção criativa humana [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-208-1

DOI 10.22533/at.ed.081192903

1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social.
I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As ciências Humanas e a Produção Criativa Humana

Considerando a relevância que vem sendo dada a criatividade no contexto social contemporâneo, analisar as produções científicas brasileiras sobre a criatividade na educação. A Criatividade, um fenômeno tão caprichoso e flexível de complexa definição.

Os desafios que surgem diariamente em nossa sociedade, nos requerem a capacidade de apresentarmos soluções a nossos problemas de maneira inteligente e criativa, portanto, é esta criatividade que nos direciona cada vez mais a novidade, seja através de um novo conceito, uma inovação, ou descoberta de uma nova realidade. Há quem pense que a criatividade é um talento nato, privilegio de algumas pessoas, no entanto todos nascemos com potenciais de criatividade, porém seu desenvolvimento requer uma constante utilização. O ideal seria se todos nós tivéssemos o potencial criativo estimulado em todas as fases de nossa vida, em todos os ambientes aos quais nos relacionamos. No entanto, a realidade nos apresenta situações, vivências e experiências diferentes, devido ao contexto social, histórico e cultural nos quais estamos inseridos. O ambiente familiar e escolar, recebe uma atenção especial, por ser os locais essenciais ao estímulo da criatividade, entretanto esse potencial as vezes é deixado de lado no ambiente escolar, uma vez que o mais importante neste ambiente é ser aprovado. Na realidade do ensino no Brasil e do próprio estudante que, por diversos fatores, como por exemplo o próprio meio escolar, familiar, social, histórico e cultural, dificultam seu desenvolvimento criativo, limitando seus projetos aos mais usuais. Apesar da criatividade ter sido amplamente pesquisada e estudada, tanto no campo da filosofia, quanto nos campos da psicologia e pedagogia, ciências humanas ou humanidades são conhecimentos criteriosamente organizados da produção criativa humana, estudada por disciplinas como filosofia, história, direito, antropologia cultural, ciência da religião, arqueologia, teoria da arte, cinema, administração, dança, teoria musical, design, literatura, letras apresentando várias contribuições em seus estudos, acreditamos que a produção científica criativa por estudantes e sociedade de modo geral é em sua maioria escassa, talvez por falta de recursos e até mesmo da própria criatividade das partes envolvidas. Nesta perspectiva, acreditamos que o desenvolvimento do potencial criativo no ambiente escolar, partindo da premissa de que a criatividade possibilita a motivação do estudante no processo de ensino-aprendizagem, torna-se possível assegurar que a partir da criatividade os alunos possam assumir um papel ativo neste processo, criando, decidindo e não apenas aceitando passivamente o que lhe é imposto pelo docente e ambiente educacional. A educação precisa ser vista como uma possibilidade de liberdade e criação, libertando o educando de ideias convencionais. O professor ao ensinar deve possibilitar um despertar a curiosidade do discente, capaz de conduzir o espírito investigativo, direcionando os alunos a exploração do conhecimento. Considerando que a criticidade tem certa relação com à criatividade, sendo que onde há criatividade, há criticidade,

logo, a partir da criatividade, poderemos possibilitar também o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo, comportamento que consideramos importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Nosso trabalho aqui é mostrar que é possível compreendermos um pouco mais sobre a criatividade e sua relação com o processo de ensino aprendizagem, de maneira a possibilitar uma reflexão sobre nossas práticas educacionais, e verificarmos se estamos desenvolvendo ou reprimindo a criatividade em sala de aula, nos espaços educacionais e socioculturais. Neste esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a complexidade. Considerando a relevância que a criatividade possui para o desenvolvimento de uma sociedade, a qual, é capaz de estimular o pensamento crítico-reflexivo, é necessário compreender como estão sendo desenvolvidas as pesquisas sobre criatividade na educação brasileira e quais os aspectos sobre a criatividade estão sendo focados? Nesse esforço conjunto de reflexão está a diferença entre a superficialidade do conhecer e a profundidade do saber. A produção da ciência não se resume ao sonho, mas ela está associada a uma real preocupação com a melhoria da vida das pessoas e ela só pode ser obtida pela criatividade, pela inovação e em todas as áreas do conhecimento. Diante das mudanças do mundo estamos diante de grandes desafios, de novas descobertas, talentos e inovações.

No artigo **A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO**, o autor **JOSÉ ORLANDO SCHÄFER** buscar refletir sobre o momento histórico no homem e na formação cultural de cada sociedade e justificá-los a partir das suas origens, isto é, a partir da piedade, da família, da vida, da sociedade, da razão e do desejo/amor. No artigo as **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS** as autoras Laiane Caroline Ortega, Lílian Mara Alves Garcia, Regina Maria de Souza, analisam as alterações realizadas no Código Penal (Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940) em seu artigo 121 e na lei 8.072 de 25 de julho de 1990, a Lei de Crimes Hediondos por meio da criação da Lei 13.104 (Lei do Feminicídio) de 09 de março de 2015. No artigo **A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO**, o autor Ivan de Freitas Vasconcelos Junior, buscar mostrar a trajetória histórica das mulheres no Exército Brasileiro e elencar as dificuldades enfrentadas para a consolidação da igualdade de gênero dentro da instituição. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Almeida (2015), Loiola (2009), Mathias (2005). No artigo **A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS**, os autores Léia Adriana da Silva Santiago, Marco Antônio de Carvalho Sangelita Miranda Franco Mariano, Nathiele Cristine Cunha Silva os discorrem sobre as propostas do SEM para o ensino de história e posteriormente, apresentar os dados coletados de um questionário aplicado aos alunos do ensino fundamental, de duas escolas públicas municipais da cidade de Morrinhos, no estado de Goiás, durante o ano de 2014, que intencionou

verificar o conhecimento que estes têm a respeito da História da América Latina e se este conhecimento tem possibilitado a construção de uma consciência da integração regional e da identidade latino-americana. No artigo **ALINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE**, a autora Lariane Londero Weber buscou trazer a centralidade da análise de discurso que circula na mídia, para analisar um episódio político que obteve grande repercussão no primeiro semestre de 2017: o primeiro embate direto entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução da Operação Lava Jato. Como objetivo, pretende-se investigar a orientação discursiva da mídia nacional, que ocupa um lugar central nas relações entre os campos sociais e políticos, em abordar diversos temas através de abordagens enunciativas direcionadas ao contexto político e econômico atual. No artigo **ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS**, a autora "LUANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA buscou relatar uma experiência desenvolvida com alunos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pelotas, matriculados na disciplina de Matemática Discreta A, no período 2016/2. No artigo **Educação para as Relações Étnico –Raciais : Conhecimento e Prática Docente** os autores Alessandro da Silva Gomes, Bruna Corrêa Barradas, Maria da Conceição Pereira Bugarim, buscaram discutir sobre a temática Educação para as Relações Étnico-Raciais afetará de forma positiva a vida dos negros no Brasil, torna-se necessário para o brasileiro conhecer toda a história da origem de sua cultura. No artigo **DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL**, as autoras MARIA JOSÉ POLONI, NEIDE CRISTINA DA SILVA buscou no presente trabalho tem como objeto a análise do “texto legal” em relação ao “texto real”. Esse é um estudo de cunho bibliográfico, fundamenta-se nas obras de Freire, Cury e Monteiro. Os resultados demonstram que existe uma lacuna entre o “texto legal” e o “texto real”, ampliando as desigualdades no país. No artigo **FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: RETHINK**, os autores Bárbara Fonseca Pinheiro Leão, Rodolfo Teixeira de Souza, Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior, buscaram propor uma nova ferramenta metodológica para o desenvolvimento de novos produtos, subsidiada pelo sistema de reaproveitamento de resíduos descartados, seja pela indústria ou por usuários domésticos ou também no redesign de produtos existentes. No artigo **ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO**, os autores, Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva, Francismara Neves de Oliveira, Guilherme Aparecido de Godoi, Leandro Augusto dos Reis, Luciane Batistella Guimarães Bianchini buscaram analisar as significações de alunos do ensino fundamental ii de escola estadual do município de Londrina-pr. participaram 5 alunos que cursaram o 8º ano em 2016, com histórico de reprovação, expressando sua percepção da trajetória escolar, erro e fracasso escolar. No artigo **O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA**

MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS, as autoras Mariana Tomazi e Sandra Aparecida Pires Franco buscaram promover a leitura dos professores e os educandos, possibilitando uma outra maneira de ver as obras literárias, tendo como análise as funções psíquicas superiores, em específico a memória. No artigo **LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJA DA CIDADE TIRADENTES – SP**, as autoras NEIDE CRISTINA DA SILVA, MARIA JOSE POLONI investigou e analisou se e como os estudantes autodenominados negros, na Educação de Jovens e Adultos, foram impactados pelo estudo de História e da Cultura Afro-brasileira. A problemática que estimulou esta pesquisa foi a visão negativa que esses estudantes, formam de si e dos seus pares, em decorrência da desvalorização da sua origem e cultura. No artigo **O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO FACEBOOK**, os autores Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva, Gyovanna Gomes Silva Germano e Bruno Silva de Oliveira buscam analisar dos neologismos presentes em publicações dos usuários da rede social Facebook. A coleta das palavras foi feita através da análise diária das publicações, nas quais se procurava verificar o entendimento de todos os indivíduos que interagem entre si utilizando palavras não-dicionarizadas. No artigo **O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA**, os autores Deyvid Leite Lobo, Kaliane, Espanavelli Lobo e Bruno Pinto Soares buscam mostrar às condições socioeconômicas dos praticantes de capoeira, o que permitiu determinar o perfil global destes indivíduos e relacionar sua participação no processo de evolução da Capoeira, que por sua vez encontra-se no processo de inserção na dinâmica capitalista. A principal hipótese desta pesquisa, é que por não ser uma região tradicionalmente reconhecida pela prática da capoeira, teve condições diferentes das encontradas nos redutos tradicionais. No artigo **TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, os autores Marcus Vinícius Spolle e Analisa Zorzi buscam apresentar a metodologia e os resultados do projeto de ensino ligado ao Curso de Ciências Sociais da UFPel denominado **Transposição Didática**. Para tanto, situamos o debate sobre os conteúdos próprios da Sociologia no Ensino Médio. No artigo **O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**, os autores a Lucilene Schunck C. Pisaneschi busca estudar dentro das pesquisas relativas à organização do campo educacional brasileiro, a temática acerca da formação docente, tem assumido um papel de destaque, possivelmente, pelo fato da relação direta que se estabelece entre a qualidade da educação básica e a formação dos educadores que nela atuam. No artigo **ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO**, os autores Emanuele Tamiozzo Schmidt, Mariane Henz e Vânia Lisa Fischer Cossetin através de pesquisa institucional sobre em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade nos processos formativos/

educacionais na contemporaneidade. No artigo **ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Heitor Messias Reimão de Melo e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, os autores buscam apresentar uma análise discursiva sobre a circulação acerca do Dia Internacional da Menina. O Dia Internacional da Menina, que é comemorado no dia 11 de outubro, espalhou-se na rede social Facebook por meio de uma imagem comemorativa que retratava essa data. **No artigo IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**: os autores: Danielly Pereira dos Santos, Ana Cristina Gomes Figueiredo, Fernando José de Sousa Borges, Cassio dos Santos Barroso, João Carlos Santos de Andrade, Karla Agda Botelho Mota, Norton Balby Pereira de Araújo, Adalberto Cunha Bandeira e Samuel de Deus da Silva abordam sobre a importância da horticultura escolar uma ação que envolve professores e estudante. A pesquisa é do tipo descritiva exploratória, com delineamento de campo e bibliográfico, o objeto da pesquisa foi a Escola Estadual Girassol Tempo Integral Denise Gomide Amui. Foi aplicado um questionário a 30 alunos devidamente elaborado. Utilizou-se o método analítico para o levantamento de dados, já a coleta de informação foram *in loco*.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CIDADANIA EM RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REGRAS SOCIAIS NA ATUAL SOCIEDADE DO CONSUMO	
<i>José Orlando Schäfer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929031	
CAPÍTULO 2	16
ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NO CÓDIGO PENAL A PARTIR DA LEI 13.104/15: O FEMINICÍDIO NO ROL DOS CRIMES HEDIONDOS	
<i>Laiane Caroline Ortega</i>	
<i>Lílian Mara Alves Garcia</i>	
<i>Regina Maria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929032	
CAPÍTULO 3	23
A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	
<i>Ivan de Freitas Vasconcelos Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929033	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA DA AMÉRICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MORRINHOS	
<i>Léia Adriana da Silva Santiago</i>	
<i>Marco Antônio de Carvalho</i>	
<i>Sangelita Miranda Franco Mariano</i>	
<i>Nathiele Cristine Cunha Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929034	
CAPÍTULO 5	50
A LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE DOS TEXTOS MIDIÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLITICO NA ATUALIDADE	
<i>Lariane Londero Weber</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929035	
CAPÍTULO 6	60
ANÁLISE COMBINATÓRIA NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE ERROS	
<i>Luana Oliveira de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929036	
CAPÍTULO 7	67
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONHECIMENTO E PRÁTICA DOCENTE	
<i>Alessandro da Silva Gomes</i>	
<i>Bruna Corrêa Barradas</i>	
<i>Maria da Conceição Pereira Bugarim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929037	

CAPÍTULO 8	83
DIREITO À EDUCAÇÃO: DO LEGAL AO REAL	
<i>Maria José Poloni</i>	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929038	
CAPÍTULO 9	96
FERRAMENTA METODOLOGICA PARA REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS: <i>RETHINK</i>	
<i>Bárbara Fonseca Pinheiro Leão</i>	
<i>Rodolfo Teixeira de Souza</i>	
<i>Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0811929039	
CAPÍTULO 10	108
ERRO, REPROVAÇÃO E FRACASSO ESCOLAR: SIGNIFICAÇÕES DE ALUNOS DO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II COM HISTÓRICO DE REPROVAÇÃO	
<i>Wanderlaine Beatriz Rodrigues de Moraes e Silva</i>	
<i>Francismara Neves de Oliveira</i>	
<i>Guilherme Aparecido de Godoi</i>	
<i>Leandro Augusto dos Reis</i>	
<i>Luciane Batistella Guimarães Bianchini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290310	
CAPÍTULO 11	124
O ATO DE LER: UMA AÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEMÓRIA A PARTIR DE OBRAS LITERÁRIAS	
<i>Mariana Tomazi</i>	
<i>Sandra Aparecida Pires Franco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290311	
CAPÍTULO 12	130
LEI 10.639/03: CONSCIENTIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NA EJADA DA CIDADE TIRADENTES – SP	
<i>Neide Cristina da Silva</i>	
<i>Maria Jose Poloni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290312	
CAPÍTULO 13	143
O LÉXICO NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DE NEOLOGISMOS NO <i>FACEBOOK</i>	
<i>Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva</i>	
<i>Gyovanna Gomes Silva Germano</i>	
<i>Bruno Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290313	
CAPÍTULO 14	159
O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CAPOEIRISTAS NO MUNICÍPIO DE DRACENA	
<i>Deyvid Leite Lobo</i>	
<i>Kaliane Espanavelli Lobo</i>	
<i>Bruno Pinto Soares</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290314	

CAPÍTULO 15	170
TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DE SOCIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	
<i>Marcus Vinícius Spolle</i>	
<i>Analisa Zorzi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290315	
CAPÍTULO 16	181
O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	
<i>Lucilene Schunck C. Pisaneschi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290316	
CAPÍTULO 17	194
ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO	
<i>Emanuele Tamiozzo Schmidt</i>	
<i>Mariane Henz</i>	
<i>Vânia Lisa Fischer Cossetin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290317	
CAPÍTULO 18	207
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA ACERCA DA PRODUÇÃO CRIATIVA HUMANA NA REDE FACEBOOK SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MENINA	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Heitor Messias Reimão de Melo</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290318	
CAPÍTULO 19	218
IMPLANTAÇÃO DA HORTICULTURA ESCOLAR COMO ALTERNATIVA DIDÁTICA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Danielly Pereira dos Santos</i>	
<i>Ana Cristina Gomes Figueiredo</i>	
<i>Fernando José de Sousa Borges</i>	
<i>Cassio dos Santos Barroso</i>	
<i>João Carlos Santos de Andrade</i>	
<i>Karla Agda Botelho Mota</i>	
<i>Norton Balby Pereira de Araújo</i>	
<i>Adalberto Cunha Bandeira</i>	
<i>Samuel de Deus da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.08119290319	
SOBRE A ORGANIZADORA	225

ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE TOTEM E TABU E O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO

Emanuele Tamiozzo Schmidt

Acadêmica de Psicologia, Bolsista PIBIC/UNIJUÍ (2017/2018) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí – Rio Grande do Sul

Mariane Henz

Acadêmica de Psicologia, Voluntária PROAV/UNIJUÍ (2017/2018) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí – Rio Grande do Sul

Vânia Lisa Fischer Cossetin

Doutora em Filosofia, professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí – Rio Grande do Sul

RESUMO: O presente texto é um recorte de uma pesquisa institucional mais ampla a respeito da relação entre ética, psicanálise e educação. Seu principal objetivo é apresentar estudos e discussões desenvolvidos a partir das teorizações freudianas sobre a internalização da lei e a questão da culpa, pelo mito da Horda Primitiva, em *Totem e tabu*, e sobre o lugar e o papel do superego da cultura no processo de humanização, em *O mal-estar na civilização*. A intenção é verificar em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade

nos processos formativos/educacionais na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Moral; Psicanálise; Educação.

ABSTRACT: The present text is an excerpt from a broader institutional research concerning the relationship between ethics, psychoanalysis and education. Its main objective is to present new perspective and debate the Freudian theories on the internalization of law and the question of guilt, by the myth of the Primordial Horde, in *Totem and Taboo*, and on the place and role of the culture superego in the process of humanization, in *The malaise in civilization*. The intention is to verify in what extent the Freudian intuitions can contribute to the thought of the dimension of ethics and morality in the formative/educational processes in the contemporaneity.

KEYWORDS: Ethic; Moral; Psychoanalysis; Education.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto é um recorte do projeto de pesquisa institucional “Educabilidade, moralidade e justificação: perspectivas éticas para a formação humana” e seu principal objetivo é apresentar estudos e discussões desenvolvidos a partir das teorizações

freudianas sobre a internalização da lei e a questão da culpa, pelo mito da Horda Primeva e sobre o lugar e o papel do supereu da cultura no processo de humanização. A intenção é verificar em que medida as intuições freudianas podem contribuir para pensar a dimensão da ética e da moralidade nos processos formativos/educacionais na contemporaneidade.

Para tanto, além de considerar comentadores do campo da psicanálise e da filosofia, estes estudos centraram-se em dois importantes textos de Freud, a saber: *Totem e tabu*, para explicitar a origem da religião e da moralidade; e *O mal-estar na civilização*, para ajudar a compreender o processo civilizatório ao qual os humanos foram submetidos e o papel desempenhado pela cultura nas relações humanas e sociais.

2 | TOTEM E TABU E A EMERGÊNCIA DA SOCIABILIDADE

Em *Totem e tabu*, Sigmund Freud parte de uma reflexão antropológica para explicar a origem do social. Trata-se, segundo o próprio psicanalista, de uma abordagem sobre “[...] a origem da religião e da moralidade [...]” (FREUD, 2012, p. 17), a partir da análise da função do totem e do tabu no comportamento de tribos primitivas australianas. O comparativo permite a Freud tecer importantes contribuições psicanalíticas quanto à constituição dos neuróticos contemporâneos. Sobre o totem, assim Freud o descreve:

Via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã. O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo). O caráter do totem não é inerente a um só animal ou ser individual, mas a todos da espécie. De quando em quando são celebradas festas, em que os membros do clã representam ou imitam, em danças cerimoniais, os movimentos e as características de seu totem (FREUD, 2012, p. 19-20).

Freud ressalta ainda que “em quase toda parte em que vigora o totem há também a lei de que *membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar*. É a instituição da *exogamia*, ligada ao totem” (2012, p. 21, grifo do autor). Apesar de outros autores não considerarem a ligação entre o totem e a exogamia, Freud aponta traços fortes desse vínculo, afirmando que aqueles que descendem do mesmo totem são parentes sanguíneos, configuram uma família na qual “[...] os mais remotos graus de parentesco são vistos como obstáculo absoluto à união sexual” (2012, p. 25). Dessa relação surgem os “nomes de parentesco”, que indicam laços sociais, exatamente como hoje, em nossas famílias, chamamos por tio, tia, irmão. O sistema do totem, nesse sentido, passa a constituir a base de todas as

demais obrigações sociais e restrições morais da tribo (FREUD, 2012).

É justamente refletindo sobre o horror ao incesto, que Freud vai analisar o quadro neurótico, exatamente porque ele surge

[...] da forte aversão do homem a seus antigos desejos incestuosos, desde então submetidos à repressão. Daí não carecer de importância, para nós, mostrar que os povos selvagens ainda veem como ameaçadores, e merecedores de rigorosas medidas de defesa, os desejos incestuosos humanos fadados a se tornarem inconscientes (2012, p. 41).

No tabu, por sua vez, haveriam duas direções opostas: “por um lado quer dizer ‘santo, consagrado’; por outro, ‘inquietante, perigoso, proibido, impuro’ [...]. Assim, o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente” (2012, p. 42). Freud adverte, porém, que as restrições do tabu não se equivalem às proibições religiosas, porque não derivam de um mandamento divino, mas têm validade por si mesmas. Também se diferenciam das proibições morais por não fazerem parte de um sistema cujas privações apresentam-se como necessárias e, enquanto tais, assim fundamentadas. “As proibições do tabu”, explica Freud, “prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes para aqueles sob o seu domínio” (2012, p. 42-43).

A dispensa da justificção, assim, permite compreender porque o castigo imputado àquele que viola o tabu “[...] era originalmente deixado para uma instância interior, de efeito automático”, de modo que “[...] o tabu ferido vinga a si mesmo” (2012, p. 45). É dessa forma, na análise freudiana, que os antigos sistemas penais desenvolvidos pela humanidade remontam ao tabu, sobretudo quando é impossível recuperar as razões de certas restrições. Como não é possível identificar a fonte do tabu, posto que ela deriva de um poder mágico, inerente aos indivíduos – inclusive podendo o tabu ser transmitido através de objetos inanimados – é praticamente impossível identificarmos as razões das restrições (FREUD, 2012). Mais que isso, para Freud, não apenas os indivíduos desconhecem as causas, como sequer lhes ocorre perguntar: “[...] eles apenas as cumprem como algo óbvio, e estão convencidos de que uma transgressão será punida automaticamente, de forma severa” (2012, p. 47). Por isso, quem viola uma proibição deste tipo, assume a si mesmo a carga pela quebra do tabu. Na interpretação freudiana, não há cultura que escape a estas consequências.

Como proibições primitivas impostas a uma geração, o tabu significa um patrimônio herdado psiquicamente, cujas restrições são “[...] mantidas de geração em geração, talvez simplesmente devido à tradição, levada pela autoridade dos pais e da sociedade” (FREUD, 2012, p. 60). Freud alega que tais proibições do totemismo apresentam-se mediante duas leis fundamentais: “[...] não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os indivíduos do mesmo totem que são do sexo oposto” (2012, p. 61). Ele alerta que o tabu está voltado a coibir os desejos humanos mais intensos e profundos, de modo que a sua transgressão existe no inconsciente como

uma força igualmente intensa. Por isso a obediência ao tabu revela sempre uma postura ambivalente quanto ao seu alvo (FREUD, 2012).

Freud está indicando, com isso, uma questão importante: o fundamento do tabu é sempre uma ação proibitiva que produz importantes impactos no inconsciente, pois “[...] o indivíduo que violou um tabu torna-se ele mesmo tabu, porque tem o perigoso atributo de tentar outros a seguir seu exemplo” (2012, p. 62). Por provocar a inveja alheia, teria, nas palavras de Freud, um efeito *contagioso*, “[...] na medida em que todo exemplo convida à imitação, e por isso tem de ser evitado” (2012, p. 62). Além disso, por revelar “[...] um mandamento da consciência” a violação do tabu “[...] faz surgir um terrível sentimento de culpa, que tanto é evidente em si como de procedência desconhecida” (2012, p. 112).

Para reforçar essa sua intuição, Freud recupera os estudos de Robertson Smith, sobre a refeição totêmica, contando o que teria ocorrido na horda primeva:

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (Talvez um avanço cultural, o manejo de uma nova arma, tenha lhes dado um sentimento de superioridade). O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião (2012, p. 216-217).

Acompanhando o pensamento freudiano, podemos perceber aí a existência de um sentimento ambivalente. É verdade que ao matarem o pai os irmãos identificaram-se com ele, contudo, conjuntamente, produziu neles um arrependimento, um sentimento de culpa, pois também o amavam. De certa forma, nenhum dos filhos poderia, de fato, tomar o lugar do pai, pois esse pai morto passou a valer mais que quando vivo. “Assim criaram, a partir da *consciência de culpa do filho*, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo” (FREUD, 2012, p. 219, grifo do autor), ou seja: não matar o pai e não possuir a mãe. Na leitura de Freud, o que decorre destes dois tabus dá origem à moralidade.

Também a proibição do incesto surge como forma inaugural da sociabilidade, pois como todos possuíam a mesma força seria impossível que possuíssem todas as mulheres que desejassem para si sem conflito. Nesse sentido, o totemismo foi “[...] um contrato com o pai, em que este concedia tudo o que a fantasia da criança podia dele esperar, proteção, cuidado, indulgência, em troca do compromisso de honrar a sua vida, ou seja, não repetir contra ele o ato que havia destruído o pai real” (FREUD, 2012, p. 220-221). E a religião totêmica, então, origina-se justamente dessa “[...] tentativa de acalmar esse sentimento e de apaziguar o pai ofendido, mediante a obediência a *posteriori*” (Ibid., p. 221, grifo do autor). Derivadas desta religião primordial, as demais

religiões buscam solucionar o problema da culpa diante da qual a humanidade jamais conseguiu encontrar sossego. Por isso, Freud pode afirmar que “a sociedade repousa então na culpa comum pelo crime cometido; a religião, na consciência de culpa e no arrependimento por ele; e a moralidade, em parte nas exigências dessa sociedade e em parte nas penitências requeridas pela consciência de culpa” (Ibid., p. 223).

As primeiras prescrições e restrições morais da sociedade primitiva foram por nós concebidas como reações a um ato que deu a seus autores a noção de crime. Eles se arrependeram desse ato e decidiram que ele não poderia mais se repetir, e que sua execução não deveria trazer nenhuma vantagem. Essa criativa consciência de culpa não desapareceu entre nós. Nós a vemos atuando nos neuróticos, de forma associal, a fim de produzir novos preceitos morais, continuadas restrições, como penitência para os malfeitos cometidos e advertência para outros a cometer. [...] na base da consciência de culpa dos neuróticos se acham apenas realidades psíquicas, e não factuais. A neurose caracteriza-se, então, por colocar a realidade psíquica acima da factual, por reagir a pensamentos de forma tão séria como as pessoas normais reagem às coisas reais (FREUD, 2012, p. 241-242).

O pensamento, para os primitivos, é convertido em ato quase que simultaneamente, enquanto, para os neuróticos, o próprio pensamento já seria suficiente para fazer surgir a culpa. “Em Freud”, segundo Maria Rita Kehl, “o pensamento é indissociável da condição humana, mas não nos salva do erro – nem do mal” (2002, p. 95). Portanto, ainda que pensemos não nos tornamos inteiramente livres, porque seríamos sempre remetidos a esta complexa relação com o pai:

[...] no complexo de Édipo reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte, em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses, até onde elas foram acessíveis ao nosso entendimento. Surge-me como uma surpresa que também esses problemas da vida psíquica dos povos permitam uma solução a partir de um único ponto concreto, que é a relação com o pai (FREUD, 2012, p. 238).

A proposição freudiana é a de que, pela análise psicológica dos povos primitivos, é possível compreender a importância do pai, enquanto uma herança a ser sustentada, tal como a função Nome-do-Pai – representante da função paterna para Lacan. Mais que isso, reconhecer a necessidade de sempre haver um pai, que, para Freud, pode ser comparado com a existência de um Deus para uma religião, com a de um rei para um império, ou mesmo com a de um presidente para um país. Relacionando a psicologia dos povos e a efetivação da função do Nome-do-Pai com a modernidade, e trazendo esse tema para a reflexão das questões da moral e da ética, Kehl (2002) afirma que o excesso de tolerância moral na contemporaneidade e o desfrute ilimitado dos prazeres são incapazes de livrar o sujeito da infelicidade neurótica. E mais, segundo ela, “[...] a sociedade contemporânea, que, em vez de proibir, obriga os sujeitos a gozarem, nem por isso conseguiu estabelecer um compromisso ético entre os prazeres e o bem [...]” (KEHL, 2002, p. 102). A psicanalista adverte que não se trata de um bem supremo, mas àquilo que pode ser concebido como o bem de cada um. Nesse sentido, “[...]”

os prazeres e os bens podem funcionar, na sociedade de consumo, como peças da muralha na qual o sujeito vai instalando as convicções necessárias à sua alienação” (KEHL, 2002, p. 102).

A questão central, aqui, diz respeito à impossibilidade de fundarmos “[...] uma ética sem que algum significativo represente, no inconsciente, a Lei que barra o excesso de gozo e impõem a cada sujeito uma renúncia à plena satisfação pulsional” (KEHL, 2002, p. 104). Desse modo, tal Lei e, também o Nome-do-Pai, representariam as condições para que possamos pensar uma ética, em meio à qual “[...] a filiação e a dívida simbólica correspondente asseguram ao sujeito as marcas inconscientes que dão consistência ao ser” (KEHL, 2002, p. 106). Ainda que sejam, segundo Kehl, condições insuficientes para permanentemente construirmos um destino individual e indagarmos sobre o seu lugar no mapeamento das determinações do laço social.

3 | MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO: O PREÇO DA CULTURA

Em *O mal-estar na civilização*, o pai da psicanálise retoma o significado da palavra *civilização*, descrevendo-a como a soma das realizações e instituições que nos afastam da animalidade de nossos ancestrais e que teriam dois fins: “[...] a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si” (FREUD, 2010, p. 48-49). Freud parte do suposto de que não somos humanamente indeterminados ao nascer, e que todo indivíduo da espécie precisa ser inserido num mundo simbólico para vir a ser humano, dada a precariedade de sua condição inata. Este mundo simbólico é o que podemos denominar de *cultura*, nas palavras de Freud, “[...] todas as atividades e valores que são úteis para o ser humano, colocando a terra a seu serviço, protegendo-o da violência das forças naturais etc.” (Ibid., p. 50). Convém esclarecer que *úteis*, aqui, refere-se a tudo aquilo que é mobilizado em favor da causa humana, em suma, da humanização do indivíduo. Todo esforço civilizacional implica em afastar os humanos daquilo que Freud denomina de *forças naturais* que, como qualquer outro indivíduo da espécie animal, lhe são inatas. Não é por acaso, então, que civilização e cultura são complementares para Freud. Os primeiros atos culturais do homem, a exemplo do domínio do fogo e da agricultura, deram início às primeiras civilizações. Dessa forma também a ciência e as criações humanas são igualmente consideradas produtos culturais, ao mesmo tempo que a introdução neste universo e a sua apreensão são a condição para a sua humanização (FREUD, 2010).

Mas isso ainda não é tudo. Humanizar os indivíduos da espécie é insuficiente, é preciso criar as condições para que estes indivíduos se relacionem entre si. Por isso, Freud pode dizer que “a vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer indivíduo” (2010, p. 56). Eis aí o traço civilizatório inequívoco mediando as relações sociais humanas: a cultura. Sua função, segundo o psicanalista, é organizar

tais relações, do contrário, o critério para a organização social seria dada pela lei do mais forte, pelo o que decairíamos ao estado de natureza. A proposição freudiana aponta para a ideia fundamental de que a baliza cultural indica a possibilidade de “[...] substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade” (2010, p. 57), de tal modo que “[...] a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo” (2010, p. 57).

A pergunta é, então, o que implica civilizar? E qual o preço a pagar por esta civilização ou introdução na cultura? Começamos pela segunda questão. Já no título da obra freudiana, há o indicativo de que este não é um processo sem custo, na terminologia freudiana, sem *mal-estar*. Quanto à primeira questão, temos que admitir com Freud de que humano algum emerge senão da contenção de suas pulsões, da coerção de suas ações egoístas, isto é, na contramão dos instintos. Para ambas as questões, Freud identifica como que um caminho alternativo, uma espécie de mediania: a sublimação. Segundo ele, trata-se de uma das formas de “[...] destino imposto ao instinto pela civilização” (FREUD, 2010, p. 60). Certa disposição dos instintos sexuais, enquanto um traço da evolução cultural que possibilita a consecução de atividades outras, tais como as científicas e as artísticas, decisivas para o processo civilizatório. É importante destacar que, apesar de Freud não tematizar a questão, obviamente que muito antes de a sublimação entrar em cena o recalque já teria cumprido com a sua finalidade primeira que é a de defender o ego. A sublimação, por sua vez, se diferenciaria do recalque por ser, digamos assim, por excelência, o mecanismo que permite o convívio em sociedade. Ou seja, para Freud, a sublimação seria um tipo particular de atividade humana que extrai da pulsão sexual a sua força, mas a desloca para objetos socialmente valorizados (ROUDINESCO; PLON, 1944, p. 734).

Outros sacrifícios, todavia, são requeridos. Como herança ocidental cristã, a sociedade civilizada, para Freud, exige ainda que “amemos ao próximo como a nós mesmos”, ou ainda que devemos “amar aos inimigos”. Tais exigências partem do suposto de que o ser humano é “[...] uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado”, ignorando o fato de que “[...] ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade” (FREUD, 2010, p. 76). É justamente a tendência à agressividade característica do ser humano, sentida por e em nós, que justificaria o fato de a pressupormos nos demais. Este seria o fator de perturbação nas relações intersubjetivas, “obrigando a civilização a seus grandes dispêndios” FREUD, 2010, p. 77).

Civilização, portanto, não há sem a imposição de limites aos instintos agressivos humanos e a aposta de que, dessa contenção, outras formações psíquicas reativas favoráveis ao convívio possam emergir. Se a cultura, afirma Freud,

impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor porque para ele é difícil ser feliz nela. De fato, o homem primitivo estava em situação melhor, pois não conhecia restrições ao instinto. Em compensação, era mínima a segurança de desfrutar essa felicidade

por muito tempo. O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança (FREUD, 2010, p. 82).

Assim, a civilização encontra na natural tendência à agressão do ser humano o seu maior obstáculo, sobretudo ante a necessidade de vivermos juntos. E é da imposição de renúncia às pulsões que emerge, segundo Camila Junqueira (2006), o senso ético, expresso na forma de consciência moral que, por sua vez, apresenta-se exigente de outras renúncias pulsionais. Por isso, “[...] para Freud, os sentimentos éticos e a consciência moral não são uma disposição inata do homem, são, na realidade, construídos a partir de uma necessidade de convivência em comunidade” (JUNQUEIRA, 2006, p. 50). Comunidade esta, que Freud assegura ser responsável pela formação do Supereu, de cuja influência procede a cultura. Tal Supereu da cultura impõe severas exigências ideais, de modo que seu não cumprimento gera um alto grau de punição mediante angústia da consciência (FREUD, 2010). Por isso é que a ética, entendida como o conjunto de exigências e disposições comportamentais necessárias às relações civilizadas humanas, são tão importantes quanto frágeis. Pois elas contradizem as tendências instintivas humanas, as quais já estariam, em boa medida, dadas. Assim mesmo, precisam estar sempre no horizonte das elaborações e construções humanas.

Junqueira lembra que os conceitos de ética e de moral, para Freud, apesar de serem tomados da tradição filosófica, são concebidos como sinônimos, indicando a busca pela “[...] distinção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, uma ciência dos costumes” (2006, p. 67). Para ela, o contributo de Freud, nesse sentido, encontra-se

[...] na especulação acerca da gênese dos sentimentos éticos e morais no indivíduo e na sociedade. Segundo ele, tais sentimentos não são naturais ou inerentes ao espírito humano como pensaram alguns filósofos e, sim, criados a partir da convivência em comunidade, e se justificam a partir da necessidade de domínio das forças da natureza – uma necessidade da ordem da sobrevivência da espécie (2006, p. 67).

Freud defende, portanto, que o bem e o mal podem ser definidos a partir da nossa relação de dependência com outras pessoas. Ele não busca definir a natureza do bem e do mal, tampouco realizar uma fundamentação da ética. Sua crença, para Junqueira, encontra-se no fato de a psicanálise poder dizer da origem e das formas de manutenção dessa ética através do amor e da necessidade. Para a psicanálise, então, o que importaria é que a ética “[...] enquanto produtora de um sistema de valor, está na origem de certas patologias psíquicas” (JUNQUEIRA, 2006, p. 67). Significa que Freud teria percebido que a construção da convivência comunitária se dá “[...] sobre uma cota de renúncia pulsional, especialmente no que tange aos impulsos sexuais e agressivos, em que as normas éticas se apresentam como balizas para essa renúncia” (JUNQUEIRA, 2006, p. 67). Uma adesão a tais balizas, por seu turno, só é possível

porque os indivíduos portam um aparelho psíquico capaz de organizar e dar destinos às pulsões.

4 | A CRISE ÉTICA ENTRE O RECONHECIMENTO DA LEI E A DESMORALIZAÇÃO DO CÓDIGO

Haveria uma crise ética no mundo que Maria Rita Kehl situa a partir de duas vertentes: “[...] uma diz respeito ao *reconhecimento da lei*, outra, à *deshmoralização do código*” (2002, p. 13, grifo da autora). Quanto à primeira, a autora afirma não estar se referindo às leis constitucionais dos países, mas sim à lei do incesto, à lei universal que funda nossa condição de seres culturais. Por não estar escrita em lugar nenhum, impõe-se como que externa e estranhamente aos grupos humanos, delimitando e legitimando a existência social. Diz respeito à sua origem mítica, impossível de ser localizada na história, tampouco atribuída alguma autoria (KEHL 2002).

Ora, as sociedades modernas têm na liberdade, na autonomia individual e na valorização narcísica do indivíduo seus grandes ideais, pilares de novos modos de alienação, orientados para o gozo e para o consumo. Cada geração se constitui pelo rompimento com o que ainda teria restado de “tradição” para as gerações anteriores. Cada indivíduo se crê pai de si mesmo, sem dívida nem compromisso com os antepassados, incapaz de reconhecer o peso do laço com os semelhantes, vivos e mortos, na sustentação de sua posição subjetiva (KEHL, 2002, p. 13-14).

A interpretação da psicanalista é a de que esta crise se deve ao não reconhecimento da lei, ou seja, da incontornável dívida simbólica que temos com nossos antepassados fruto de nossa própria “[...] condição humana marcada pela linguagem e pela vida em sociedade” (KEHL, 2002, p. 14). A perda da sustentação da lei na cultura, segundo ela, tem sido produzida e alimentada por um mercado movido pelo gozo, resultando em angústia. “Ou seja: não se trata de uma falta de gozo, pois esta é constitutiva da condição humana, mas da suposição de falta de um objeto imaginário do qual o sujeito se acredita privado (pelo Outro), e que cabe a ele recuperar a qualquer custo” (KEHL, 2002, p. 16).

Quanto à segunda vertente, a desmoralização do código, Kehl explica que diversamente da lei, “[...] o código tem uma origem; tem certa autoria, ainda que difusa, e depende de técnicas de divulgação e propaganda para se tornar consensual, dispensando razões e explicações: “Isto não se faz”. “Mas por quê?” “Porque não.” [...] dispensa até mesmo o esclarecimento [...]” (KEHL, 2002, p. 18-19). Também, aqui, segundo ela, as formações imaginárias são efeito de uma mídia muito atuante e que não permite questionamentos e criações, pois impõe versões “concretas dos fatos”. Tais “formações imaginárias mobilizam os afetos e dispensam o pensamento”, mas “[...] não é possível fundar uma ética sobre os afetos, sejam eles ‘bons’ ou ‘maus’.” (Ibid., p. 27), da mesma forma que também “[...] é impossível basear uma ética em critérios

puramente abstratos, que não levem em conta os afetos, os aspectos particulares de cada escolha, a condição subjetiva dos agentes” (Ibid., p. 27). Por tal razão é que a psicanálise jamais poderia ser concebida como um modo de conformar ou acomodar os sujeitos na cultura, justamente porque a questão do juízo moral, do que seja o bem ou o mal desde o inconsciente, está sempre em suspensão. Ademais, se por um lado os valores e juízos morais são sempre condicionados pelo elemento objetivo cultural, também são relativizados pelo caráter subjetivo do modo singular de subjetivação de cada sujeito dos elementos da cultura. O que não significa, na interpretação de Kehl, que Freud admita o relativismo moral, mas que sejamos “[...] um pouco mais tolerantes com as falhas alheias, um pouco mais humildes em relação a nossas qualidades” (2002, p. 29).

O momento culminante da desmoralização do código, para a psicanalista, encontra-se na modernidade. Naquele contexto, emerge “[...] um sujeito a um só tempo centrado no *eu* e carente de *ser*” (2002, p. 39, grifo da autora), no sentido de que sua filiação não o representa no campo simbólico, como antes. Nas sociedades tradicionais essa carência de ser “[...] era camuflada pela estabilidade das estruturas simbólicas de parentesco, que conferiam às pessoas um lugar, um nome, um destino, referenciados pela comunidade e dificilmente modificados ao longo da vida” (KEHL, 2002, p. 40). A modernidade, assim, alega Ferry (2012), nos permitiu uma ampliação maior de nossa liberdade ao lançar-nos no anonimato, de modo que nossa identidade passou a ter cada vez menos chance de ser preservada. Somos confundidos pela coincidência de nomes, pelo mesmo trabalho que desempenhamos relativamente às outras pessoas. Já não somos mais únicos e identificáveis. Nesse sentido, somos mais desprovidos de “filiação simbólica”.

Nas sociedades tradicionais, tanto o ser (filiação) como o bem e a verdade (as restrições morais e os mitos que estabelecem em nome do que elas se dão) precedem a entrada dos indivíduos no mundo, e estão claramente decididos e prescritos no código da cultura. Além disso, as consequências das infrações aos tabus também estão prescritas; o sujeito pode escolher transgredir, mas sabemos claramente o que está transgredindo e qual o preço a pagar por seu ato (KEHL, 2002, p. 50, erro da autora).

Logo, aquilo que denominamos de crise ética da modernidade não pode ser dissociada das noções acerca do bem, da verdade, do justo. O sujeito moderno viu-se, assim, desamparado, pois ruíram praticamente todas as suas certezas e se viu impossibilitado de fazer qualquer apelo a alguma instância transcendente a si mesmo. Porém, “se o desamparo é parte da condição humana, as grandes formações da cultura têm como função proporcionar, num mundo feito de linguagem, algumas estruturas razoavelmente sólidas de apoio para esses seres por definição desgarrados da ordem da natureza” (KEHL, 2002, p. 53). Tais estruturas seriam, para a autora, a tradição, a religião, os mitos, os antepassados. É exatamente, neste contexto de desmoronamento das sociedades tradicionais, que a ética volta a recobrar o seu lugar.

É aí que o sujeito perde as razões dadas pelas estruturas de parentesco para sua submissão à Lei, de modo que o lugar *de fora* que dava sentido à interdição se inscreve agora no inconsciente; as formações do inconsciente desempenham a função das formações sociais. É aí também que começamos a compreender a ligação que existe entre a Lei e o desejo. É porque o desejo é tributário da Lei [...], que o sujeito se vê sempre separado do objeto de seu desejo por uma distância, que é exatamente o que permite que o desejo se mantenha (KEHL, 2002, p. 108, grifo da autora).

Diante disso, Kehl propõe uma alternativa ética possível para a modernidade: “se a psicanálise tem condições de propor um valor que ocupe um lugar deixado vazio pelo bem supremo na modernidade, ainda que nesse caso tenhamos de dispensar o adjetivo *supremo*, esse bem é a alteridade” (2002, p. 192, grifo da autora). Sua hipótese é a de que, para além da ética da condução na clínica, “o corpo teórico da psicanálise tem condições de sustentar, [...] que a aceitação do outro em sua semelhança na diferença é condição essencial para se construir alguma proposta ética para os tempos atuais” (2002, p. 192, grifo da autora). As relações que recusam a alteridade, negam o Outro porque o tomam tão-somente como objeto do seu desejo. O desafio, assim, estaria em buscar modos de nos relacionarmos para além da dimensão da posse, por conseguinte, da necessidade de objetificação, que só faz reduzir a humanidade. E é importante que se diga: não só do Outro, mas nossa também, cuja constituição depende dessa alteridade inicialmente objetificada. Por isso, frequentemente tais relações são permeadas ou mesmo conduzidas sob a égide da violência e da perversão.

5 | DESFECHOS: O ENCONTRO POSSÍVEL ENTRE ÉTICA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO

Desde Kant (1996, p. 15), fomos alertados de que não somos determinados biologicamente. Ou seja, não encontramos e, provavelmente, nunca encontraremos o humano na natureza. O enigma de seu advento não seria tão grande se não soubéssemos ao menos duas coisas: a de que a humanidade é uma construção criativamente elaborada; e a de que o valor humano se encontra justo no fato de cada indivíduo subjetivar diferentemente as interações com outros humanos.

É aí que o pensamento freudiano em *Totem e tabu* e *O mal-estar na civilização* revela-se tão importante. Ele nos permite entender que a condição humana, ainda que já sempre imersa na linguagem, precisa estar voltada para além de sua condição primeva, no sentido de que a humanização se dá na contramão desta condição que está sob o domínio das pulsões, e que encontra seu modo de sustentação na cultura. Caminho este que a humanidade não percorre sem dor. Tamanha é a dificuldade deste empreendimento.

Desde os gregos, uma das preocupações centrais dizia respeito à possibilidade de equilibrar as pulsões mais irascíveis e a razão. É nesse íterim que a dimensão

ética da vida humana se instaura, para Hermann, num espaço de ambiguidade que reconhece “[...] a fragilidade do humano com suas paixões, e, por outro, a tentativa permanente de construir normas que regulem a convivência humana para além da particularidade” (2001, p. 11). Na modernidade, esta demanda se apresenta como uma exigência ética da educação, cuja finalidade é não apenas fazer com que cada educando se compreenda como membro de uma comunidade, mas encontrar modos de justificar a educação articulada com a ideia de bem (HERMANN, 2001). Isso porque o enlace entre ética e educação é incontornável, uma vez que todo “[...] ato educativo pressupõe a aceitação de um determinado *ethos*, de determinados princípios morais. Esses princípios se presentificam na ação pedagógica, a ponto de a educação ser impensável sem eles” (Ibid., p. 20, grifo da autora).

O debate ético, sobretudo na modernidade, parte do suposto de uma ausência de natureza humana. Assim como em Freud, portanto, sem uma predisposição para o social. Daí a necessidade de pensarmos a condição humana ao lado de certas normatizações. Obviamente não como meras prescrições de regras fixas e universalíssimas, mas como a própria reflexão sobre elas (VÁZQUEZ, 1980). Filosoficamente concebida, então, trata-se de compreender racionalmente os princípios que balizam as ações humanas e, além disso, cogitar valores e diretrizes que orientem as práticas educativas. Estas dimensões não estão dissociadas. Ainda que estejam enraizadas nos costumes, Nadja observa que para chegarmos a sermos éticos nos é exigido hábito, prática, ou seja, requer esforço voluntário e controle da razão sobre os impulsos (HERMANN, 2001). Segundo tal concepção, quanto mais nos afastamos e mais limites impomos ao que é instintivo e pulsional em nós, mais nos humanizamos, logo, mais livres nos tornamos, justamente porque não há liberdade na natureza.

Freud admite que a educação é uma tarefa impossível, uma vez que não há regularidade e lógica na resposta educativa dos sujeitos. Por isso, ela só pode ser pensada desde a perspectiva de uma ausência de um sentido humano preconcebido e a ser cumprido, como se houvesse um receituário ou uma disposição espontaneamente derivada do neonato. É preciso, por isso, que outros humanos, que a cultura, que a tradição, que a educação, intervenha introduzindo cada pequeno humano no mundo simbólico da cultura.

Chegamos, então, ao ponto fundamental perseguido desde o início destes escritos: não chegamos a tal estado de liberdade, para falar com Kant, de civilidade, para falar com Freud, e de eticidade, para falar com Hermann, sem educação. Não há educação que se justifique senão a partir de um certo ideal de humanidade ou de civilidade, que autorize alguns humanos a intervirem na vida de outros.

O importante a ser considerado aqui, é que aquilo que se deseja, do ponto de vista dos indivíduos recém-chegados que precisam ser humanizados, é que este é um campo em aberto, infinito. Porque as possibilidades de vir-a-ser humanos são simplesmente imponderáveis. Porém, é preciso delinear alguns contornos posto que a finalidade é humanizar, então alguns balizadores precisam ser definidos e assumidos.

Não se trata de fazê-lo aqui. Nos textos investigados, sequer Freud faz quaisquer prescrições. Interessou-nos, contudo, constatar a defesa freudiana da necessidade de contenção das pulsões e, em boa medida, da necessária coerção das subjetividades como condição para a emergência da sociabilidade.

Vimos que a concepção de Freud é a de que a civilização, a cultura, e a organização do aparelho psíquico nos indivíduos permitem a imposição de limites e a destinação das pulsões pela renúncia das demandas individuais em detrimento das coletivas. O desafio, então, seria pensarmos um ponto arquimediano deste problema, porque aquela imposição e destinação também só são possíveis se levarmos em consideração tanto o aspecto universal que norteiam os princípios éticos e a pretensão das normas morais, os quais regem a vida social humana, quanto o modo singular de sua subjetivação pelos sujeitos implicados.

REFERÊNCIAS

FERRY, Luc. **A revolução do amor**: por uma espiritualidade laica. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In:_____. **Obras completas, volume 18**: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1912-1913) algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e dos neuróticos. In:_____. **Obras completas, volume 11**: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). Tradução Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. [Coleção O que você precisa saber sobre...]. 152p.

JUNQUEIRA, Camila. **Ética e Consciência Moral na Psicanálise**. São Paulo: Via Lettera: Fapesp, 2006. 176p.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. São Paulo: Ed. Unimep, 1996.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michael. **Dicionário de psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1980.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-208-1



9 788572 472081